

Período de Meiji (1868 a 1912)

A modernização do Japão deu-se no período de Meiji, durante o qual o governo procurou aprender com os países ocidentais mais desenvolvidos, eliminando os feudos e estabelecendo as províncias. As classes sociais antigas foram extintas e, em seu lugar, foram estabelecidas outras; tornou-se obrigatório o serviço militar; a lei tributária sobre as terras foi modificada. Assim, enquanto internamente prosseguia a restauração, os líderes das ideologias ocidentais introduziam, de fora, o Liberalismo, com suas críticas contra a ditadura imperial, que cada vez se tornava mais autoritária, forçando o governo a promulgar a Constituição, com um congresso baseado na vontade popular. O governo, inicialmente, tentou abafar esse movimento democrático, mas como era uma exigência do povo, tratou logo de redigir uma constituição e promulgá-la. Todavia, aquele documento surpreendeu a todos, pois outorgava ao Imperador poder absoluto.

No setor econômico o governo procurou incentivar, em grande escala, a industrialização nacional, iniciando o ciclo capitalista. Com o desenvolvimento industrial, logo veio a necessidade de matéria prima e de mercado consumidor de produtos. Para solucionar tais problemas, o Japão viu-se obrigado a guerrear com seus vizinhos: a China e a Rússia. As vitórias subsequentes foram seguidas de um período de prosperidade no país do Sol Nascente, e acompanhado do crescimento do capitalismo nacional.

No setor cultural, também se notou grande atividade. A alfabetização do povo, a publicação de jornais, revistas e livros, os estudos sobre as religiões, ideologias, ciências e literaturas, bem como as artes em geral tiveram considerável progresso.

A Restauração de Meiji

Em 1867, o poder executivo, que até então se achava nas mãos do governo de Tokugawa, foi transferido ao Imperador Meiji. Contudo, os Tokugawas ainda tinham grande poder, visto que muitos nobres eram favoráveis ao feudalismo. Portanto, o governo imperial, recém formado, estava em constante ameaça, porque muitos senhores se negaram a abrir mão de seus privilégios. Tal situação forçou o uso de armas, iniciando-se lutas entre os feudalistas e os imperialistas. Porém, sem encontrar muita resistência, a tropa imperial saiu-se vitoriosa, consolidando as bases políticas do Império. Com a vitória de 1868, o Imperador mudou a capital de Kyoto para Edo, que logo passou a ser denominada Tokyo, isto é, “Capital do Leste”.

O governo procurou corrigir os costumes feudais, adotando a cultura avançada do Ocidente. Foram estabelecidos três poderes: o legislativo, o judiciário e o executivo. Foram abolidos os feudos e, no lugar destes, instalaram-se as províncias. Procurou-se acabar com a discriminação das classes sociais; escolas foram construídas em todo o território e o curso primário tornou-se obrigatório, assim como o serviço militar passou a ser um dever do povo e não o privilégio de uma só classe.

O período de Meiji trouxe grande transformação aos costumes seculares do povo nipônico. Ficou proibido o tingimento dos dentes, costume usado pelas mulheres casadas. Deu-se a liberdade para se andar a cavalo, o que até a época, era permitido somente às pessoas de classe privilegiada. Obrigou-se o povo a cortar os cabelos e a usar um sobrenome, o que, nos tempos feudais, somente aos samurais era permitido. Proibiu também o uso de espadas e foi liberado o matrimônio entre as classes sociais, concedendo-se o casamento até com estrangeiros. Os servos foram libertados, e a proibição de compra e venda de seres humanos tornou-se rigorosa. Foi adotado o calendário europeu, baseado na era cristã.

O período de Meiji foi uma época em que os japoneses dedicaram-se de corpo e alma à ocidentalização do seu povo. A indumentária, a alimentação e as habitações sofreram modificações sob a influência estrangeira. Foram instalados o correio e o telégrafo e abriram-se estradas de ferro. Adotou-se o navio a vapor, introduziu-se a carruagem e logo depois foi inventado o “*riki-sha*”, uma espécie de charrete puxada pelo homem. O uso do lampião a querosene provocou muitos incêndios, porém, ao mesmo tempo, trouxe grande progresso.

Para formar uma cidade semelhante à dos ocidentais, o governo construiu casas de tijolos vermelhos na rua de Guinza e vendeu-as aos interessados. Paralelamente, Fukuzawa Yukichi e Nakamura Keiu introduziram o pensamento e a ideologia ocidentais, o que logo provocou um “boom” de estudos estrangeiros. Aqueles que tiveram influência desses dois grandes mestres quiseram transformar radicalmente o governo a fim de fazer o Japão alcançar o nível dos países estrangeiros. Muitos intelectuais acreditavam que os estrangeiros desprezavam os japoneses porque os costumes nipônicos eram exóticos. Portanto, para que os japoneses alcançassem o mesmo padrão dos europeus, pensavam eles, seria preciso que adotem os costumes dos povos mais civilizados. Os extremistas da aculturação, adoradores dos europeus, sugeriram até a mudança do idioma japonês e outros, mais ousados, sugeriram o melhoramento da raça nipônica através do cruzamento com os estrangeiros.

Pode-se notar, mediante os fatos acontecidos na época, que os japoneses almejavam tornar-se semelhantes aos ocidentais, pois todos os casos foram discutidos seriamente entre acadêmicos e autoridades governamentais. Era a ansiedade de modernização rápida do povo nipônico, que acabara de

sair do regime feudal.

O Movimento Democrático

O governo de Meiji passou a ser dirigido pelos membros de duas províncias, Kagoshima e Yamaguchi, os quais mereceram a glória de terem trabalhado pela restauração. Portanto, o novo governo também não passava de um regime ditatorial, com poder nas mãos desses grupos políticos regionais. Levantaram-se críticas contra tal monopólio político e, mais tarde, surgiram movimentos democráticos que exigiam uma política baseada na opinião pública.

A base do movimento, que reclamava os direitos do povo, foi implantada por Fukuzawa Yukichi e Nakae Tōmin e a campanha foi liderada por Itagaki Taissuke, este e os seguidores de sua ideologia criticaram e atacaram o governo em comícios públicos, exigindo a promulgação de uma constituição e a eleição de um congresso formado por representantes do povo, a quem caberia a tarefa de dirigir a nação, segundo a opinião da maioria popular.

Inicialmente, o governo procurou deter o movimento; porém, Itagaki bradou a frase histórica:

“___ Mesmo que Itagaki morra, a liberdade do povo jamais há de morrer!”.

Com isso, teve o apoio da massa, e o governo nada pôde fazer. Desta forma, Itagaki, com sua ardente convicção de que um dia surgiria um governo democrático, fundou um partido liberal denominado Aikoku-sha e estendeu sua campanha pelo país inteiro, conseguindo o apoio da nação, o que lhe permitiu forçar o governo a convocar uma assembleia extraordinária e a declarar que iria, em breve, redigir uma constituição.

Promulgação da Primeira Constituição

O movimento político liderado por Itagaki Taissuke foi extenso e cheio de entusiasmo, pois era primeira vez na história japonesa que o povo estava participando de uma campanha política. Diante desses fatos, o governo viu-se forçado a redigir uma constituição com urgência e, para essa importante tarefa, o Imperador Meiji nomeou Itō Hirobumi, este partiu imediatamente à Europa e visitou vários países a fim de adaptar uma Carta que servisse ao Japão, descobrindo que a da Rússia (Alemanha) era a ideal, pois outorgava maiores poderes executivos ao Imperador que ao Congresso.

Regressando ao Japão, Itō convocou, confidencialmente, os acadêmicos Inoue Kowashi, Itō Miyoji e Kaneko Kentaro, que adaptaram a constituição prussiana às necessidades do Império nipônico.

Assim, em 11 de janeiro de 1889, foi promulgada a primeira Constituição japonesa que, formulada com o intuito de dar poder quase absoluto ao Imperador, foi praticamente imposto ao povo.

Guerra Contra a China

O Japão estava sofrendo as consequências da pressão econômica dos países ocidentais. O único caminho possível para consolidar-se financeira e militarmente era a expansão do continente mais próximo. Em 1873, cogitou-se em subjugar a Coreia, mas tal ideia foi abandonada. Entretanto, três anos depois, o Japão conseguiu um tratado comercial com esse país. Todavia, a China considerava a Coreia um país tributário. Por isso, não viu com bons olhos que os produtos japoneses invadissem o mercado coreano e isso veio a ser motivo de sabotagem e atritos que levaram os dois impérios à beira da guerra.

O que precipitou os acontecimentos foram as intrigas do Embaixador chinês Yuan Shih-kai, que estava na Coreia desde 1890 e adquirira influência na corte peninsular; conseguindo expulsar os russos deste país, logo procurou impedir a exportação do arroz coreano ao Japão. Por outro lado, mandou assassinar Kim Gyoku Kim, um líder coreano amigo dos japoneses. Esses dois incidentes criaram um clima de tensão no Japão, sendo que, ao mesmo tempo, uma onda antinipônica varreu a Coreia sob a liderança da fanática seita Tung Hsueh. Para agravar a situação, o governo coreano pediu à China o envio de tropas e esse fato levou o Japão também a desembarcar uma força expedicionária, para enfrentar os chineses em solo coreano.

À guerra nipo-chinesa iniciou-se em julho de 1894, com a batalha naval de Hôtô. O povo nipônico uniu-se para enfrentá-la; o governo procurou, diplomaticamente, esclarecer a situação perante a intervenção das grandes potências internacionais e, sem que os grandes países o esperassem, levou vantagens em combate. No ano seguinte, isto é, em 1895, a guerra já estava determinada; no mês de abril, assinou-se o tratado de paz entre o Japão e a China. Com o pacto, a China reconheceu a independência da Coreia; algumas ilhas chinesas, inclusive a de Formosa, passaram a pertencer aos japoneses; estes receberam também uma vultosa indenização, além de quatro portos do continente, que ficaram a sua disposição, a título de mercado.

Choques com os Russos

No fim do século XIX, o mundo começou a caminhar para o colonialismo. Os países fortes da Europa iniciaram, a partir de 1870, a conquista de colônias e, em 1890, essa competição tornou-se bastante violenta. Esses países dominaram e repartiram primeiramente o continente africano. Em seguida, avançaram ao continente asiático. Enquanto o Japão estava preocupado com a sua modernização, a Inglaterra estendeu o seu domínio à Índia e à península malaia. A França conquistou a Indochina e, com a Inglaterra, começou a penetrar na China meridional. Paralelamente, a Rússia também iniciou sua marcha imperialista pela parte setentrional do território chinês, usando a Sibéria como base. Foi dentro desse quadro político, que explodiu a guerra nipo-chinesa.

A Inglaterra e a Rússia, interessadas na dinastia Ching, e receosas de que os japoneses viessem a dominar o mercado chinês, procuraram intervir como mediadoras no conflito sino-nipônico.

Contudo, com a subsequente derrota da China, ficou evidenciado que o Celeste Império não possuía um poderio militar eficiente e, desta forma, as potências ocidentais foram tentadas pela perspectiva de um fácil festim econômico-militar às expensas do enorme mercado chinês, cuja nação era só nominalmente definida como um império, pois não passava de uma imensa aglomeração de povos e províncias que tinham em comum somente uma filosofia social que desprezava as guerras e os guerreiros: o Confucionismo. Perante uma China pacifista, tecnologicamente atrasada e politicamente fraca, as potências ocidentais iniciaram sua ação imperialista, que tinha como objetivo prático dividir o mercado chinês, seguindo a lei do mais forte. A Alemanha, a Inglaterra, a França, a Rússia e os Estados Unidos foram os países que dominaram todos os pontos de maior valor comercial da China que, desta forma, passou a ser uma semicolônia. Entretanto, anos depois, os chineses iniciaram movimentos xenófobos, isto é, contra os estrangeiros, que culminaram, em 1900, com a conhecida rebelião dos Boxers, bandoleiros doutrinados que tinham o patrocínio político da casa imperial chinesa. A rebelião estourou em Pequim, com ataques às embaixadas e consulados estrangeiros da capital, causando o assassinato do Embaixador da Alemanha. Por conseguinte, todos os países estrangeiros, que possuíam concessões territoriais na China, uniram-se para enfrentar os Boxers, os quais contavam com o apoio de uma parte do exército chinês. O Japão também tomou parte nesta breve guerra, durante a qual suas tropas destacaram-se pela bravura militar, e conquistaram a admiração dos aliados ocidentais.

Enquanto todos procuravam uma solução para o caso dos Boxers, a Rússia passou a acelerar seu plano de invasão da Manchúria. O Japão tinha que impedir a marcha dos russos, pois a presença destes nas proximidades da Coreia ameaçaria a sua segurança nacional. Portanto, após ter assinado, em 1903, um acordo com a Inglaterra, que também era hostil aos russos, o Japão preparou-se para a guerra.

Os russos invadiram a Manchúria e penetraram na península coreana. Com isso, a opinião pública japonesa manifestou-se a favor da guerra contra a Rússia, a qual foi declarada em fevereiro de 1904. As indústrias japonesas muito se desenvolveram após a guerra com a China, o que veio possibilitar a fabricação de material bélico moderno.

A Rússia era considerada uma das maiores potências mundiais, porém, o exército nipônico conseguiu uma série de brilhantes vitórias que surpreenderam o mundo e fizeram ingressar o Império do Sol Nascente na política internacional, como uma grande potência.

No ano seguinte, a batalha de Fengtien, na Manchúria, e a vitória naval do Mar do Japão alcançada pela Armada Imperial sob o comando do Almirante Togo Heihachiro, determinaram a derrota definitiva dos russos.

Tanto a Rússia como o Japão encontravam-se, já naquela altura, em crise sócio-econômica. Nessa ocasião, o Presidente norte-americano Teddy Roosevelt propôs um acordo aos dois países. A proposta foi aceita e, em 1905, foi assinado o tratado de paz em Portsmouth, Estados Unidos, que amenizou a hostilidade entre os dois países, apesar de o Japão ter levado pouca vantagem, mesmo sendo o vencedor.

O povo japonês não ficou satisfeito com a solução política da guerra e os jornais criticaram e atacaram violentamente os representantes da nação. Em Tokyo, os motins culminaram com o incêndio do palacete do Ministro do Interior, tendo havido conflitos entre a polícia e a multidão.

Contudo, a vitória sobre os russos colocou o Japão numa posição de prestígio na política internacional, enquanto o seu comércio expandia-se, graças à colaboração da Inglaterra, que tinha todo o interesse em fortalecer o Império, para conter a expansão russa no Oriente.

A Emigração

A emigração japonesa teve início oficialmente em 1868, isto é, no primeiro ano do período Meiji. As primeiras levas dirigiram-se a Havaí, à Austrália e à região de Nova Caledônia. Entretanto, já em 1897 haviam sido formadas cooperativas de emigração em dezoito províncias do Japão.

Em 1898, quando as ilhas de Havaí tornaram-se território dos Estados Unidos, houve a proibição da entrada de emigrantes naquele arquipélago. Com isso, as levas de emigrantes japoneses foram encaminhadas aos Estados Unidos, ao Canadá e à Austrália. Porém, no início do século XX, a Austrália, por

questão racial, fechou suas portas aos imigrantes nipônicos. Em pouco tempo, as outras nações também colocaram obstáculos à entrada dos imigrantes procedentes da Terra das Cerejeiras.

Foi promulgado, em 1882, nos Estados Unidos, “O Ato de Exclusão dos Chineses”, que impediu a entrada dos imigrantes do Continente Celeste naquela república. Havia muitos fatores que deram motivo àquele decreto: os chineses se contentavam com um nível de vida bem baixo e não hesitavam em escolher qualquer profissão ou serviço para ganhar dinheiro e, por essa razão, eram desprezados pelos europeus e americanos; os chineses, por terem a experiência amarga da miséria em seu país populoso, tinham um conceito econômico fora do comum, pois procuravam sempre gastar o mínimo possível e remeter o dinheiro ganho à sua terra natal, com a esperança de, um dia, regressar para lá; além disso, pertenciam a um contingente racial e a uma cultura completamente diferente dos ocidentais. Todos esses fatores irritavam os americanos e os europeus, que criaram uma discriminação contra aquele povo do Oriente.

Anos mais tarde, esses mesmos fatores vieram a ser atribuídos aos imigrantes japoneses. Com a vitória da guerra contra a Rússia, criou-se a moda de ir para o além mar e levadas de trabalhadores nipônicos atravessaram o Pacífico e ingressaram em território americano, formando uma grande concentração na Califórnia. O primeiro caso, que deu motivo aos movimentos antinipônicos deu-se em São Francisco. Os filhos dos emigrantes japoneses dessa cidade passaram a frequentar as escolas oficiais, ao lado das crianças americanas. Todavia, como os trabalhadores japoneses eram concorrentes dos trabalhadores americanos, porque trabalhavam mais, com salário menor, o fato veio refletir nas crianças escolares, criando divergências entre elas e provocando a interferência dos pais. Diante disso, a Secretaria de Educação do Estado resolveu construir uma escola exclusivamente para as crianças de origem oriental.

Porém, essa solução provocou o protesto do governo japonês, que viu no fato uma forma de discriminação racial; Theodore Roosevelt, então Presidente dos Estados Unidos, também não gostou da decisão e procurou amenizar a questão de outra forma. Mas, como cada Estado possuía autonomia em resolver os problemas educacionais, o Congresso nada pôde fazer. Com essa divergência, o governo nipônico foi obrigado a limitar a expedição de novos passaportes, enquanto a atmosfera antinipônica crescia. Finalmente, em 1924, os Estados Unidos cerraram as portas aos imigrantes nipônicos.

Durante todo esse tempo, o Japão estava enfrentando problemas ligados ao excesso de população e obviamente a emigração seria uma solução viável. Quando os países que tinham recebido os imigrantes japoneses começaram a limitar sua entrada, tornou-se necessário encontrar novas regiões para canalizar o excesso populacional. Desta maneira, começou a fase da política migratória nipônica para a América do Sul.

No fim do século XIX, o Ministério das Relações Exteriores do Japão enviara o Deputado Enomoto Tadashi a alguns países latino-americanos, para realizar sondagens nesse sentido. Em 1894, durante o governo do Dr. Prudente de Moraes, o mesmo deputado veio ao Brasil e percorreu os Estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, chegando à conclusão de que o nosso país seria ideal para os emigrantes de sua terra.

O primeiro plano de emigração ao Brasil foi traçado no fim do século passado. Porém, em consequência da queda do preço do café e da guerra dos Canudos na Bahia, a sua realização ficou adiada. Nessa ocasião, deu-se à chegada dos primeiros emigrantes japoneses ao Peru. Enquanto novas tentativas de emigração ao Brasil eram feitas, o assunto era objeto de muitas discussões. Contudo, o relatório do Cônsul Suguiura, que se achava no Brasil naquela época, publicado num dos maiores jornais do Japão, criou uma atmosfera propícia à realização do plano. Muitos se entusiasmaram, inclusive Mizuno Ryu, que fundou a Companhia de Emigração “Kôkoku” e abriu a inscrição para mil emigrantes, porém, não conseguiu o número desejado. Mesmo assim, Mizuno conseguiu levar avante o plano e, em 28 de abril de 1908, partia de Kobe o barco Kassato-maru, que conduzia 792 pioneiros da imigração japonesa ao Brasil. O Kassato-maru atravessou o Oceano Índico e atingiu o sul do continente africano e dali prosseguiu sua viagem gloriosa, cortando o imenso Oceano Atlântico, para ir atracar no porto de Santos, terra de Brás Cubas. Foi naquele dia memorável, 18 de junho de 1908, que a primeira leva de imigrantes japoneses pisou a terra brasileira. Governava o Brasil nessa época o Dr. Afonso Pena.